

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
CAMPUS CURITIBA  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE TECNOLOGIA EM COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**

**LETÍCIA RANI PEDROZO DOHMS  
RENATA NORONHA CÓSSIO**

**O TEATRO COMO FORMA DE COMUNICAÇÃO DE  
RESISTÊNCIA- A QUESTÃO AGRÁRIA**

**CURITIBA**

**2012**

**LETÍCIA RANI PEDROZO DOHMS  
RENATA NORONHA CÓSSIO**

**O TEATRO COMO FORMA DE COMUNICAÇÃO DE  
RESISTÊNCIA- A QUESTÃO AGRÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, do  
Curso Superior de Tecnologia em  
Comunicação Institucional do  
Departamento Acadêmico de  
Comunicação e Expressão – DACEX –  
da Universidade Tecnológica Federal  
do Paraná – UTFPR.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maurini de  
Souza

**CURITIBA**

**2012**

Dedicamos este trabalho a todos aqueles que desenvolvem projetos e pesquisas com o objetivo de retornar à sociedade os benefícios que receberam de um ensino público. E, principalmente, àqueles que não perdem a esperança e a força para lutar pela transformação da realidade, seja ela social, política ou pessoal.

## **Agradecimentos**

Agradecemos a Deus por nos incentivar a escrever este trabalho e por proporcionar os anjos em nossas vidas que agora estão nesta lista.

Ao Projeto Rondon, trabalho voluntário de extensão, por nos proporcionar uma visão prática dos problemas no campo e despertar em nós o interesse pelas questões sociais.

À nossa orientadora Professora Doutora Maurini de Souza, pelas noites de correção e conversas, que, apesar de sérias, eram divertidas e animadas. Obrigada por nos trazer à realidade, ainda que de maneira brusca às vezes, quando estávamos longe.

Aos professores do Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão (Dacex) da UTFPR por nos terem ensinado seus conhecimentos durante esses anos e contribuído com nossa formação, ideias e referências bibliográficas. Agradecemos em especial: professora mestre Adriana Cabral, professora doutora Ângela Fanini, professor doutor Wilton Fred e professor mestre Zama Caixeta Nascentes.

Às nossas mães, Guelna e Sandra, pelo apoio incondicional e por compreenderem nossas ausências principalmente nas reuniões aos finais de semana e sextas-feiras à noite, aguentar as bagunças na sala de casa durante esse período e nos lembrarem, com um lanche já pronto, que muitas horas sem comer não faz bem.

Agradecemos também aos colegas de turma por nos incentivarem durante os semestres, e por serem simplesmente nossos amigos. Agradecemos até mesmo pelas discussões em salas, sabemos que crescemos e desenvolvemos nossas ideias ainda mais quando foram confrontadas.

## Resumo

CÓSSIO, Renata Noronha; DOHMS, Leticia Rani Pedrozo. O Teatro como forma de comunicação de resistência – a questão agrária. 2012. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Tecnologia em Comunicação Institucional) – Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Os meios de comunicação são instrumentos de divulgação de informações, mas acabam funcionando também como filtro de mensagens e difusor de ideais das classes dominantes. De acordo com os estudos de Marx e Engels, essas concepções da classe dominante são reproduzidas para as classes dominadas como únicas. Segundo as correntes da comunicação desenvolvidas por Adorno, Horkheimer e Chomsky, a crítica está na parcialidade dos assuntos apresentados por estes meios. Um desses assuntos é a questão agrária. O Brasil deixou de ser uma economia rural para entrar em fase de industrialização e urbanização recentemente, mas o poder no campo permanece centralizado, com a estrutura rural mantendo-se semelhante à das capitâneas hereditárias. Essa situação em geral não consegue grande espaço na mídia e quando é apresentada, isso é feito de forma tendenciosa, o que ajuda a contribuir para um ciclo de problemas sociais, econômicos e ambientais. Com este trabalho, propomos a utilização do teatro como forma alternativa de comunicação com o desenvolvimento de uma peça a ser aplicada em escolas municipais de ensino fundamental, com público-alvo de pré-adolescentes, para tentar preencher as lacunas abertas pelos meios de comunicação e instigar o engajamento social a partir da linha do Teatro do Oprimido, desenvolvida pelo dramaturgo Augusto Boal e escolhida por preconizar a interação entre platéia e atores.

Palavras-chave: Meios de comunicação de massa. Questão agrária no Brasil. Teatro. Engajamento social.

## **Abstract**

CÓSSIO, Renata Noronha; DOHMS, Letícia Rani Pedrozo. The Theatre as an alternative means of communication – the agrarian question. 2012. 47 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Tecnologia em Comunicação Institucional) – Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

The media is considered an instrument for the dissemination of information, but it can also act as a message filter and diffuser of ideals for the ruling classes. According to the writings of Marx and Engels, the conceptions of the ruling class are reproduced to the dominated classes as sole ways of thought. Per the communication theories developed by Adorno, Horkheimer and Chomsky, the criticism the media suffers is due to the partiality with which it presents issues. One of the subjects affected by this posture is the agrarian question. Brazil is no longer a rural economy. It has recently entered a phase of industrialization and urbanization, but the economic powers in its countryside remain centralized, with a structure similar to that of the hereditary captaincy. This situation generally receives no space in the media, and when it does, it is presented in a tendentious manner that contributes to a cycle of social, economical and environmental problems. With this paper, we propose the use of an alternative means of communication to try to fill the gaps left by the media on the topic as well as to try and instigate social engagement: the theater, through the development of plays to be presented at municipal schools, with a target audience of pre-teens. The model followed is the one developed by Brazilian playwright Augusto Boal, “Oppressed Theatre”, chosen due to the importance it gives to actor-audience interaction.

Key-words: Mass Media Communications. Brazilian Agrarian Question. Theatre. Social Engagement.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. LEVANTAMENTO HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	10
3. MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA (MCM) .....	22
4. O TEATRO COMO FORMA DE COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA .....	28
4.1 O Teatro como Instrumento de Educação em Escolas.....	33
5. REALIZAÇÃO TEATRAL.....	35
5.1 Prática.....	37
5.2 Planejamento Inicial.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICES.....	47

## 1. Introdução

Este estudo pretende mostrar o teatro como uma ferramenta de comunicação alternativa a ser utilizada para retratar assuntos negligenciados ou apresentados de forma parcial pelos meios usuais de informação; no caso aqui exposto, a questão agrária brasileira. Com esse objetivo, vinculamos os escritos de comunicação às teorias de teatro de resistência. Ao final, propomos um modelo de peça relacionada ao assunto para possível apresentação em escolas, de modo a estimular o conhecimento de outro ponto de vista que não o destacado pelas grandes mídias.

A partir de levantamento histórico e estudo teórico, defendemos que, em determinados contextos sociais, o teatro pode servir como uma forma de comunicação alternativa. Nossa base teórica são os escritos de Marx e Engels (*A Ideologia Alemã* e *O Manifesto do Partido Comunista*) e seus desdobramentos na história do Brasil com Raymundo Faoro e Caio Prado Jr.; na comunicação, com Adorno e Horkheimer (*A dialética do esclarecimento*) e Chomsky (*Controle da Mídia*), e, no teatro, com Brecht (*Estudo sobre teatro e Teatro Dialético*) e Augusto Boal (*O teatro do oprimido e Outras Poéticas Políticas e Teatro Legislativo*).

A grande mídia brasileira<sup>1</sup> apresenta uma posição tendenciosa nas informações relacionadas à questão agrária do país. O artigo *MST e Jornal Nacional: Uma relação dialética?* de Ciriaco e Resende (2009)<sup>2</sup> serve de ponto de partida para esta afirmação ao desenvolver uma análise da abordagem do Jornal Nacional<sup>3</sup> em matérias que citavam o Movimento Sem Terra. A conclusão dos autores foi de que se pode observar um processo tendencioso em favor dos grandes fazendeiros. Isso demonstra a importância de se encontrar formas alternativas de comunicação que possibilitem à população urbana e ao homem do campo um conhecimento mais completo da situação agrária brasileira. Neste estudo, sugerimos o uso de apresentações de peças teatrais para a construção de uma ponte entre estas duas realidades distintas.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho será tratado por grande mídia brasileira os meios usuais de comunicação utilizados pela imprensa do país (televisão, jornais e rádio).

<sup>2</sup> Disponível em < <http://informativo.ct.utfpr.edu.br/artigos/136.pdf>>. Acesso em 12/03/2012.

<sup>3</sup> Jornal Nacional é o programa televisivo de notícias com maior audiência no país, sendo exibido pela emissora Rede Globo de segunda-feira a sábado às 20 horas.



Uma forma alternativa de expressão para aqueles que se encontram em posição desfavorável se faz necessária diante da importância dada pela grande mídia brasileira aos interesses das classes dominantes. O objetivo é demonstrar como o teatro pode ser uma forma eficiente de comunicação alternativa e dialética para grupos que, segundo a ótica de Karl Marx, são considerados dominados, para tentar despertar debates mais estruturados sobre as questões sociais. No caso aqui estudado, o homem do campo que luta pela posse da terra em que trabalha e atua em prol ao cumprimento da lei, que destaca a função social da terra, no artigo 186 da Constituição Federal de 1988, se enquadra nesta conjuntura, apresentando vertentes divergentes do pensamento dominante em relação à questão agrária.

Este trabalho será dividido em quatro partes, as quais estarão interligadas devido a dependência de conhecimento teórico das primeiras para a proposta prática, sendo elas: o desenvolvimento de uma revisão bibliográfica baseada na postura marxista a fim de se traçar um perfil histórico da sociedade brasileira em relação à questão agrária, investimento dado devido ao desconhecimento generalizado do assunto, para ser possível obter um entendimento do Brasil atual sob o viés do campo e fazer a decorrente proposta de apresentação do tema sob a linguagem teatral; o destacamento do papel tendencioso dos meios de comunicação de massa na sociedade; a apresentação do teatro como uma forma alternativa de comunicação; e, por fim, o planejamento de um texto dramático com engajamento social.

## 2. Levantamento Histórico da Questão Agrária no Brasil

O levantamento apresentado nesta seção é uma síntese das leituras dos seguintes autores: Mitsue Morissawa (2001), que apresenta a história do Brasil sob a ótica do campo; Ricardo Marcelo Fonseca (2005), que escreve sobre a história jurídica do país; Fernando Jorge (1992), que aborda a censura na imprensa brasileira desde os tempos de D. Pedro I; Raymundo Faoro (2001), que trabalha a situação de exploração do coronelismo; Bringel & Falero (2008), pesquisadores da questão campestre na América do Sul com foco no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e em suas relações transnacionais; Roberto Malvezzi (2009), pesquisador brasileiro membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT); a historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna, cujo artigo trata da economia café-com-leite (2010); Caio Prado Jr (2000), um dos historiadores da corrente renovadora dos estudos da sociedade brasileira, e o mestrando Alexsandro Arbarotti (2012), que escreve sobre o atual plano de assentamento no Brasil.

Tornou-se notória para a Coroa Portuguesa a necessidade de começar a colonização de suas novas terras diante da percepção do roubo de riquezas por piratas e corsários estrangeiros e da falência do comércio português nas Índias. Em 1532, o Brasil foi então dividido por D. João III, rei de Portugal no período de 1521 a 1557, em longas faixas de terra, que vieram a ser conhecidas como capitânicas hereditárias, partindo do litoral até a linha do Tratado de Tordesilhas<sup>4</sup>.

Essas faixas foram passadas para pessoas nobres de confiança real, as quais detinham grande poder de decisão sobre as terras, mas não sua posse, o território ainda pertencente ao reino de Portugal. Assim, apesar de receberem as capitânicas, não lhes era possível vendê-las e o pagamento de impostos para mantê-las se fazia obrigatório pela coroa. Elas detinham, contudo, o direito de entregar partes de suas terras, chamadas sesmarias, para colonos que desejassem trabalho, contanto que fossem brancos, puros de sangue e católicos. Este sistema foi vigente até 1822.

---

<sup>4</sup> Acordo intermediado pelo papa Alexandre VI em 1494 entre Portugal e Espanha para legitimar a exploração colonial. O Tratado definiu linha imaginária a 370 léguas da Ilha de Cabo Verde, sendo o Oeste pertencente aos espanhóis, e o Leste pertencente aos lusitanos, garantindo à Portugal a soberania sobre o Brasil.

Não se pode dizer que este sistema foi um fracasso, mas em geral as capitanias não obtiveram sucesso em seu desenvolvimento, pois apenas duas das quatorze distribuídas conseguiram prosperar. Alguns dos motivos levantados como justificativa para tal afirmação são: a dificuldade europeia em se adaptar ao clima e ao novo tipo de vida; o alto investimento que não trazia retorno imediato; a grande distância entre as divisões, o que dificultava a comunicação e a interação; a falta de recursos humanos; os constantes ataques indígenas e estrangeiros e, principalmente, a falta de interesse dos donatários (muitos nem vieram ao Brasil).

Apesar disso, elas conseguiram o objetivo principal de preservar a posse das terras para Portugal. A base para a colonização foi lançada, portanto, a partir da constituição da grande propriedade rural, a *plantation*, com a monocultura (constituída pela produção de cana de açúcar nos séculos XVI e XVII e de café a partir de meados do século XIX) e com a mão-de-obra escrava de indígenas e negros e mais tarde com os imigrantes. Com o passar do tempo, as sesmarias passaram a representar a concentração de terras e poder no Brasil. Suas características continuam a ser observadas no campo: concentração fundiária, péssimas condições de trabalho e monocultura voltada para exportação. Segundo Mitsue Morissawa:

O sesmeiro foi aos poucos tornando-se fazendeiro, senhor de engenho, cada vez mais privilegiado. Podia comerciar livremente com outras capitanias e importar produtos portugueses sem qualquer tributação.(...) No final do século XVIII, graças à liberdade com que as sesmarias eram concedidas, os latifúndios ocupavam todas as regiões economicamente importantes, geralmente as mais próximas às cidades e aos portos. Já em 1822, as terras estavam quase todas repartidas, a não ser aquelas habitadas pelos índios. Havia latifúndios com 132 km de extensão! Os donos não permitiam o estabelecimento de lavradores nas suas terras, a não ser como seus dependentes. (MORISAWA, 2008, p.70.)

A economia brasileira está, então, ligada historicamente à distribuição desigual de suas terras; desde o início da colonização, o interesse nacional e internacional no país esteve relacionado à agricultura e à mineração, e depois à produção de açúcar e café.

Em seu artigo *A Lei de Terras e o Advento da Propriedade Moderna no Brasil* (2005), o professor Ricardo Marcelo Fonseca faz um levantamento histórico e jurídico da propriedade, com foco no Brasil. Segundo ele, ao

contrário da Idade Média, que retratava a propriedade como algo profano e restrito ao âmbito econômico, o nascer da modernidade faz dela essencial na definição do próprio sujeito. O homem passa a ser definido a partir de suas posses.

A noção jurídica de propriedade, como consequência, não poderia ser outra senão aquela que a enxerga como uma projeção do sujeito; a propriedade existe porque existe um sujeito dominador.  
(FONSECA, 2005, p.103)

Durante o século XIX, o Brasil conseguiu sua independência e tornou-se responsável pelas leis vigentes em suas terras. Por ser um país com forte ligação ao regime de escravatura e a economia agrícola, as políticas adotadas neste novo período não diferiram das anteriormente utilizadas por Portugal; como não existia nenhuma legislação oficial regulamentadora, as terras eram tomadas por posseiros. Uma reviravolta tanto no conceito do trabalho escravo, que passou a ser visto como pejorativo com a crescente popularidade do trabalhador livre – principalmente devido aos interesses da Revolução Industrial –, quanto no foco de produção econômica fez com que essa situação mudasse.

Em 1850, a Inglaterra proíbe o tráfico de escravos no mar Atlântico; essa metade do século também demonstra um declínio na produção de açúcar e um aumento considerável na de café, a qual requisita trabalhadores bem preparados e um maquinário mais complexo. O Brasil se vê obrigado a tomar uma posição quanto a suas políticas de terra. Torna-se oficial, então, a lei número 601, conhecida popularmente como Lei de Terras, a qual transformou a terra em propriedade a ser adquirida por meio da compra.

(...) diante da ausência completa de um regime legal para a propriedade desde a revogação do regime das sesmarias (o que constitui um buraco legislativo de 30 anos), ficava estabelecido que o único modo de aquisição das terras devolutas (pertencentes ao Estado) seria a compra e venda, acabando-se assim, ao menos no âmbito legislativo, com a prática secular de aquisição de terras por meio de posse. (IDEM, p. 108)

Esta lei definiu o que deveria ser considerado propriedade privada e propriedade do estado ao delimitar perímetros, legitimar domínios e permitir que a terra fosse considerada objeto de troca a partir do sistema capitalista –

uma verdadeira mercadoria e não mais uma doação, algo que não era possível anteriormente. Apesar das mudanças consideráveis trazidas a partir desta nova legislação, não é possível dizer que seus benefícios tenham atingido a população mais pobre brasileira:

“Todavia, como no Brasil, por tradição histórica as transformações político jurídicas (sobretudo no século XIX) sejam geralmente alheias a vida das pessoas comuns, pode-se dizer que para os escravos, para os pobres e para os trabalhadores em geral essa nova cunha no pensamento jurídico não teve efeitos imediatos: (...) a dominação, a exploração e a concentração de propriedades nas mãos de alguns continuaram absolutamente as mesmas, não obstante a partir de 1850 todo o sistema seja aquinhado com a aura de um sistema de propriedade “moderno”. (IDEM, p. 112)

No livro *Cala a Boca, Jornalista!* (Fernando Jorge, 1992), é narrada a história de Cipriano José Barata de Almeida, vulgo "o Baratinha". Jornalista apresentado como alguém que fazia questionamentos quanto as estruturas sociais vigentes na época Imperial, ele escreveu em seu periódico:

Há sujeitos que estão de posse de 20, 30 e 40 léguas de terra, muito injustamente possuídas, quando os demais cidadãos naturais, que tem igual direito ou ainda maior sobre os terrenos, por serem de sangue dos caboclos, não possuem uma pequena porção em que levantem sua cabana, ou cavem sepultura. (apud FERNANDO JORGE, 1992, p. 26).

Esse processo resultou no acúmulo de poderes em uma única figura. Durante o período da República Velha, o coronel era o grande proprietário de terras, recebendo esse título ou da Guarda Nacional ou por sua influência local, e detendo controle político, militar, social e econômico em sua região. Era ele quem produzia as riquezas, agricultura de exportação, e detinha as grandes somas de dinheiro. Conforme Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder* (2001), “ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito” (FAORO, 2001, p. 711). Era também de sua responsabilidade manter a ordem pública, tendo liberdade para fazer o uso da força para instaurar a lei, embora não o fizesse apenas para esse fim.

Segundo esse esquema, o homem rico - o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra – exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. (IDEM, 2001, p.700.)

Em época de eleição, eram os coronéis quem escolhiam os candidatos e, também, quem o povo deveria eleger. Como o voto era aberto, o coronel sabia em quem cada pessoa votava e dessa maneira fazia ameaças para conseguir eleger seu escolhido. Quando as eleições passaram a ser fechadas, ele atuava através das políticas dos favores e do clientelismo. Prometia trabalho e saúde para comprar o voto popular e, assim, mantinha uma relação de intermediário entre o poder estadual e a representatividade local. Dessa maneira, o rumo das cidades era ditado pelas vontades do grande latifundiário.

O coronelismo se manifesta num “compromisso”, uma “troca de proveitos” entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. (IDEM, 2001, p.711.)

A República Velha, de 1889 a 1930, manteve o ideal do latifundiário coronel como articulador político por representar a concentração do poder econômico do país entre dois estados agrícolas, São Paulo (café) e Minas Gerais (leite); a quebra da bolsa de Nova York em 1929 significou o início da crise desta hegemonia, abrindo espaço para o crescimento da influência de outros estados, como Rio Grande do Sul, cuja matriz econômica era diversificada. Em 1930, Getúlio Vargas tomou o poder por meio da Revolução de 1930 e estimulou o processo de industrialização no país.

A historiadora doutora Marly de Almeida Gomes Vianna<sup>5</sup> escreve em seu artigo *Revolução Renovadora*<sup>6</sup> um levantamento sobre o período da República Café-com-Leite e Era Vargas. Ela explica que este processo iniciou a transferência da importância política do campo para a cidade, com a Era Industrial.

Embora não tenha modificado profundamente o país – o capitalismo e o clientelismo permaneceram e a reforma agrária não aconteceu –, a

---

<sup>5</sup> Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

<sup>6</sup> Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/revolucao-renovadora>>. Acesso em 25/03/2012.

Revolução de 1930 representou um marco em nossa História. Isso porque antes, durante a Primeira República, a economia era essencialmente agrária e girava em torno da exportação do café, enquanto o poder político estava centralizado nas mãos dos grandes cafeicultores. (VIANNA, Marly de Almeida Gomes, 2010)

A Era Vargas durou de 1930 a 1945, sendo dividida em três fases: Governo Provisório (1930-34); Governo Constitucional (1934-37) e a ditadura do Estado Novo (1937-45). Devido à implementação das indústrias de base e a aplicação de leis trabalhistas, o foco econômico brasileiro passou para a cidade. Apesar disso, pode-se dizer que Vargas também tomou ações de apoio aos latifundiários, pois continuou com a prática da queima dos excedentes de café<sup>7</sup>, criou instituições como o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Conselho Nacional do Café e não aplicou as regulamentações dos direitos trabalhistas no campo.

Na década de 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento econômico vivido pelo Brasil continuou a favorecer a concentração de bens, o que beneficiou mais uma vez os grandes latifundiários. Segundo o historiador Caio Prado Jr no livro *Clássicos Sobre a Revolução Brasileira*, esse período foi “*entreguismo e inflação em escala sem precedentes*” (PRADO JR, 2000, p.49). Prado Jr ainda descreve que as negociatas feitas por Kubitschek resultaram no “(...) total enfeudamento da economia brasileira ao capital imperialista” (IDEM, 2000, p.49). O autor ressalta também que a plataforma “50 anos de desenvolvimento em 5”, defendida pelo então presidente, resultou em pobreza por meio da concentração de riqueza devido ao acúmulo capitalista numa maneira nunca antes vista.

João Goulart assumiu a Presidência da República após a renúncia inesperada de Jânio Quadros na década de 1960, e durante seu mandato começou a ser executado o Plano Trienal<sup>8</sup>, com enfoque na reforma agrária. A polêmica plataforma política de Goulart e sua crescente aproximação aos setores de esquerda levaram ao Golpe Militar de 1964.

---

<sup>7</sup> Política iniciada na década anterior, consistia na compra e queima de excedentes de produção de café pelo governo quando a demanda internacional do café estava em baixa para forçar um aumento no preço devido à lei de oferta e procura.

<sup>8</sup> Desenvolvido pelo economista brasileiro e então ministro Celso Furtado, o Plano Trienal tinha como objetivos a redistribuição de renda, a diminuição da inflação e a retomada do crescimento do PIB, a partir de reformas administrativas, fiscal e agrárias, mas não obteve o sucesso esperado. O fracasso levou Furtado a deixar o governo em 1963.

Deu-se início ao ciclo de problemas gerados a partir do campo. Entre eles estão a luta por terras e o conseqüente êxodo rural, o qual, também estimulado pela industrialização urbana, resultou em um aumento brusco na população das cidades, ainda sem infraestrutura para absorver a crescente demanda. O camponês não conseguiu encontrar maneiras de subsistência e local digno de moradia ao mudar para regiões urbanas e, sem ter como voltar para seu local de origem, acabou por ser marginalizado.

O engajamento popular na luta por uma distribuição de terras passou a ter maior visibilidade a partir do período de 1954 a 1969, com o surgimento de um movimento, na região de Pernambuco, chamado Ligas Camponesas. A Liga Camponesa da Galiléia, fundada no município de Vitória de Santo Antão, foi a precursora da mobilização social e iniciou seu trabalho com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Ela tinha funções assistencialistas aos pequenos produtores. Com as dificuldades enfrentadas e as explorações freqüentes, esses produtores começaram o desenvolvimento de uma consciência camponesa pela luta em prol à reforma agrária. Começaram a surgir Ligas em outras regiões e estados de todo o país com esse mesmo fim e ideal.

A essa altura, a consciência camponesa estava formada no sentido da luta em torno de uma **reforma agrária radical**. Os camponeses resistiam na terra e chegavam a realizar ocupações de terras. Eles tinham por lema "Reforma agrária na lei ou na marra". A posição do PCB e da Igreja Católica era, no entanto, por uma reforma agrária por etapas, com indenização em dinheiro e títulos aos proprietários. (MORISAWA, 2008, p. 93)

Os conflitos com os grandes fazendeiros, causando mortes, tornaram-se constantes por estes tentarem expulsar os pequenos produtores de suas terras. A ocupação tornou-se um meio de pressionar o governo a fazer a reforma agrária. O movimento teve fim quando seus líderes foram presos devido à revolução militar de 1964. Sem ter quem os guiasse e sob a ferrenha repressão dos anos que se seguiram, os camponeses se dispersaram.

Em seu livro *Clássicos Sobre a Revolução Brasileira*, Caio Prado Jr escreve:



(...) as graves disto a os erros que vinham sendo cometidos desde longa data na aç esquerda, e que levaram afinal ao desastre de 10 de abril. Esses erros se agravaram cons cia de Já

grosseiro oportunismo a que fizemos referência, e qu posta em abril de 1964. (PRADO JR, 2000, p.45)

O posicionamento político de esquerda no Brasil do período ditatorial e anterior em geral, segundo o autor, não cumpria sua função de questionamento por não ter um embasamento teórico definido. Essa situação permitia que o grupo fosse facilmente influenciado pelas elites e que lutasse por interesses superficiais quanto às reais necessidades do povo, principalmente no campo.

salariais imediatas que a precipitada inflaç . Isso nas cidades, porque no campo, onde o assunto se apresentava mui trabalhadora rural fantasiada para a circunstâ , e as imprecaç , nem podiam encontrar, nenhuma ressonância. (IDEM, p. 46)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começou a se formar durante a década de 1970 e hoje é considerado “o maior e mais importante movimento social do mundo”<sup>9</sup>. O MST nasceu devido à concentração da propriedade de terras e da eliminação de pequenas e médias lavouras na década de 70, como expressão da luta do homem do campo pela reforma agrária.

Trata-se de um movimento social de inspiração marxista que se baseia em três objetivos principais: lutar pela terra; lutar por reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Desta maneira, pode-se dizer que a esquerda rural busca enfim encontrar uma linha teórica e de atuação definida. As ocupações de terra continuam sendo uma das ferramentas de pressão e resistência até hoje. Atualmente, o movimento se encontra em 24 estados do país e, segundo Roberto Malvezzi, “(...) 370 mil famílias assentadas em 7,5 milhões de hectares é uma conquista gigantesca em qualquer país do mundo”.

<sup>9</sup> Por Noam Chomsky. Apud GALINDO, Roberto. Artigo *Gilmar Mendes e Noam Chomsky*. Disponível em <<http://www.medelu.org/Gilmar-Mendes-e-Noam-Chomsky>>. Acesso em 12/03/2012.

A partir desses números, percebe-se que se trata de um grupo significativo para a realidade brasileira, cujas ações afetam a sociedade.

No texto apresentado no 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, em 1984, contido na obra de Morissawa:

Por sua vez, aos pequenos proprietários só resta a luta de defesa e resistência pela permanência na terra. Uma primeira manifestação dessa luta são os conflitos de terra dos posseiros, meeiros e arrendatários.

A situação de opressão e exploração a que cada vez mais são submetidos os lavradores e os sem-terra em suas lutas de defesa fazem com que estes comecem a agir contra o projeto da burguesia latifundiária, que quer se apropriar de toda a terra e, em vez de só se defenderem, começam uma luta pela reconquista. (Apud MORISAWA, 2008, p. 139).

Um exemplo recente da importância da formação do MST e da sua luta pela permanência do homem no campo está no artigo *Darwinismo Social*<sup>10</sup>, de Frei Betto, sobre o desastre natural ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro no primeiro semestre do ano de 2011. Para o autor, o principal culpado pela tragédia, a qual chama de *ecocídio*, não foram as chuvas incontroláveis, apresentadas como responsáveis pelo desastre nos Meios de Comunicação de Massa (MCM)<sup>11</sup>, mas sim o governo, por ainda não ter feito a reforma agrária no país. Segundo Frei Betto, existe uma seleção social em pauta, na qual o território campestre perde quase toda sua importância diante da magnificência capitalista urbana.

Esta acumulação de riqueza nas mãos de latifundiários e de especuladores fundiários faz com que pequenos municípios continuem sem plano diretor e sem controle sobre o mercado imobiliário. O descaso pela vida campestre, ainda com terra batida e sem eletricidade, aumenta a migração da população do campo para a cidade em busca de uma vida melhor. O autor chama de “darwinismo social” a falta de atenção dada pelos governantes a esse povo oprimido, que se vê abandonado no mundo urbano, tendo que sobreviver a partir do crime ou da ocupação informal e morando em barracos nos morros na periferia das cidades grandes; o principal culpado “(...) é o

---

<sup>10</sup> BETTO, Frei. *Darwinismo social. Brasil de Fato*, São Paulo, p. 03, 27.01.2011.

<sup>11</sup> Meios de comunicação em massa são veículos de distribuição unilateral de informação, sem permitir uma interação direta entre o locutor e o interlocutor, sendo distribuída para grandes quantidades de receptores ao mesmo tempo. Exemplos: radio, cinema, televisão, jornais.

poder público, que jamais promoveu reforma agrária no Brasil. Nossas vastas extensões de terra estão tomadas pelo latifúndio ou pela especulação fundiária.”

A plataforma de campanha que levou à primeira eleição do governo Lula em 2002 deu a reforma agrária uma maior atenção para debate público ao manter um envolvimento declarado com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Em seu plano de governo da época para Crescimento, Emprego e Inclusão Social, no tópico 59, de nome Reforma Agrária, foi afirmado que a reestruturação da terra contribuiria para reduzir o êxodo rural e firmar o homem no campo, permitindo a valorização de sua qualidade de vida e desinchando o mercado de trabalho urbano.

Este processo ficou muito aquém do proposto e as disputas por terras continuam a causar conflitos, os quais em geral não são levados a corte e normalmente não são o foco de notícias sobre a questão agrária. Uma exceção que abriu precedente para debate foi a missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, assassinada a mando de latifundiário em 2005 em uma pequena cidade do estado do Pará. Participante ativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>12</sup> e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>13</sup>, Stang lutava pelos direitos dos trabalhadores do campo, principalmente na região da Transamazônica. Segundo Frei Betto<sup>14</sup>, sua morte foi a única, dentre os assassinatos do campo nos últimos anos, em que o mandante do crime foi a julgamento e para a prisão.

A Igreja Católica está envolvida com as questões agrárias desde a época da ditadura militar, e em 2010 sua Campanha da Fraternidade<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instituição que congrega os bispos da Igreja Católica no Brasil, exerce funções pastorais para a comunhão dos bispos com ações voltadas para o bem estar de seus fiéis buscando uma sociedade justa, fraterna e solidária. Determina um tema a ser trabalhado pela Campanha da Fraternidade durante o ano, o qual segue estas determinações.

<sup>13</sup> Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, ligada a CNBB, com caráter auxiliador aos conflitos rurais e aos direitos humanos, dando suporte aos povos do campo em forma de conscientização, motivação e valores para proporcionar o envolvimento da sociedade na luta pela terra.

<sup>14</sup> “Dos mandantes, somente um se encontra preso, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, um dos mandantes da eliminação da irmã Dorothy Stang, em 2005”. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_secao=8&id\\_noticia=135313](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=135313)> Acesso em: 29/03/2012.

<sup>15</sup> Campanha da Fraternidade, realizada desde 1964 e coordenada anualmente pela CNBB, tem como objetivo despertar a solidariedade da população brasileira em relação a um problema concreto da sociedade.

ressaltou por várias mídias este debate. O tema daquele ano foi "Economia e Vida" e o lema "vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro", com o objetivo de ajudar a construir uma sociedade sem exclusões ao fazer os fiéis refletirem sobre suas ações e responsabilidades dentro de uma economia capitalista que privilegia o lucro e concentra a riqueza da terra nas mãos de uma minoria.

No período de 1º a 7 de setembro de 2010, foi realizado em todo o território nacional a Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade de Terra, em Defesa da Reforma Agrária e da Soberania Territorial e Alimentar, organizada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, FNRA. Essa campanha baseava-se em um plebiscito e um abaixo assinado e foi uma ação “para buscar o diálogo e a mobilização da sociedade brasileira, para incluir na Constituição Federal um novo inciso que limite o tamanho da propriedade rural em 35 módulos fiscais”<sup>16</sup>.

A inserção do inciso V ao artigo 186 da Constituição Federal, que determinaria que, para cumprir a função social, a propriedade rural deveria ter limite máximo de 35 módulos fiscais, era buscada por meio de abaixo assinado e o plebiscito popular foi uma pesquisa popular composta de duas perguntas. A primeira era se o cidadão concordava que as grandes propriedades de terra no Brasil deveriam ter um limite máximo de tamanho e a segunda se assentia que essa ação possibilitaria aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade. Ambas as perguntas poderiam ter como respostas as opções sim e não.

No dia 16 de junho de 2010, Dom Pedro Luiz Stringhini, Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz da CNBB, assinou em Brasília uma Carta de Apoio ao Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra e ao 16º Grito dos Excluídos. No documento, o bispo afirma que a “decisão tem como base a consciência de que a democratização da terra através da reforma agrária é uma luta histórica do povo e uma exigência ética afirmada pela CNBB há décadas” (STRINGHINI, 2010)<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Cartilha da Campanha 2010. Disponível em <<http://www.limitedaterra.org.br>>. Acesso em 29/03/2012.

<sup>17</sup> Disponível em <<http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/3869-pastorais-sociais-e-organismos-da-cnbb-confirmam-apoio-ao-plebiscito-pelo-limite-de-propriedade-da-terra-e-ao-grito-dos-excluidos>>. Acesso em 29/03/2012.

Em outubro daquele ano, a FNRA divulgou no site da Campanha o resultado das ações<sup>18</sup>. Segundo a assessoria de imprensa, participaram deste plebiscito 519.623 pessoas em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal. Os outros estados optaram somente pela realização do abaixo-assinado. Os resultados mostraram que 95,52% dos votantes (495.424) consideraram a primeira pergunta verdadeira e 94,39% (489.666) responderam a segunda pergunta com um sim. Na matéria, os participantes afirmam que:

Considerando as dificuldades enfrentadas tanto na produção, quanto na distribuição de um mínimo de material, pela falta de recursos e de pessoal disponível; considerando que o Fórum e outras entidades envolvidas não tiveram acesso a qualquer veículo de comunicação de massas; considerando o momento, quando as atenções estão voltadas e os militantes envolvidos nas campanhas eleitorais, pode-se saudar o resultado como muito positivo. (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO FNRA, 2010).

Também é ressaltado que o ponto mais positivo da Campanha não pode ser medido por números, pois trata da conscientização sobre a questão agrária e o debate ocorrido devido ao plebiscito. Eles afirmam que na maioria dos estados houve deliberações em universidades e igrejas, reflexão e organização de comitês regionais e aumento de trabalhos e textos produzidos sobre o assunto.

De acordo com artigo do mestrando em sociologia da Universidade Federal de São Carlos, Alexsandro Arbarotti<sup>19</sup>, no blog do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA), os números do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o índice de assentamentos dos últimos dezesseis anos foi o maior em 2006 e o menor em 2011. O texto aponta que esses números representam que “nos últimos anos a reforma agrária não tem tido atenção dos governos, principalmente dos que eram tidos de esquerda”.

---

<sup>18</sup> Disponível em <<http://www.limitedaterra.org.br/noticiasDetalhe.php?id=311>>. Acesso em 29/03/2012.

<sup>19</sup> Artigo 1967, 2006, 2011, *Quando A Reforma Agrária Terá a Sua Vez?* Disponível em <<http://cpeaunesp.org/2012/03/14/816/>>. Acesso em 30/03/2012.

### 3. Meios de Comunicação de Massa (MCM)

Em *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels, fizeram um levantamento histórico-social de caráter filosófico baseado na ideia da luta de classes como a principal motivação para a estrutura social vigente. A sociedade é apresentada como dividida em duas classes, a dominante – burguesia - e a oprimida – proletariado. Segundo os autores, a história, como conhecida pela sociedade, é constituída a partir do ponto de vista burguês, cujos interesses são apresentados como únicos, uma vez que detêm os meios de produção e da informação. Seu domínio acabou por subordinar o campo à cidade e por manter a concentração da propriedade em poucas mãos.

Este poder de manipulação pertencente à burguesia decorre desta ser a classe com disponibilidade de tempo para a produção intelectual, enquanto o proletário utiliza seu tempo para o serviço manual. Assim, a burguesia trabalha as informações de acordo com seus interesses e as divulga de forma a serem aceitas como únicas pelas outras classes. Em *Ideologia Alemã*, escrita entre os anos de 1845 e 1846 e publicada a partir de 1932, os mesmos autores mostram que a classe dominante “(...) vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo interesse comum de todos os membros da sociedade” (MARX E ENGELS, 2007, p. 80). As relações sociais do mundo ocidental continuam semelhantes às exemplificadas por Marx e Engels.

Essa mesma postura é apresentada em *Manuscritos Econômico Filosóficos*<sup>20</sup>, escrito em 1844 com primeira edição em 1932, nos quais Marx escreve sobre Economia Política, cuja base vem do conceito de propriedade privada. Segundo o autor, este conceito não é questionado ou explicado e, portanto, pode ser considerado alienado. As consequências deste pensamento dito avarento e ganancioso são a competição constante, a divisão de terras imobiliárias e a liberdade de ocupação. Sem apresentar estes resultados como uma evolução da história, a Economia Política trata-os como o único ponto de partida admitido.

---

<sup>20</sup> Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>>. Acesso em 12/03/2012.

Marx também descreve a relação entre trabalhador e trabalho, na qual o primeiro é tratado como uma mercadoria, dependente do segundo para sobreviver. Os que não se enquadram dentro dessa característica, como os mendigos e os desempregados, vivem à margem da sociedade. A certeza capitalista de que o lucro só pode existir diante da diminuição dos salários e aumento dos juros entra em conflito com o fato do proletário necessitar de uma renda suficiente para sobreviver. A relação desigual entre empregador e empregado faz a propriedade privada perder parte de seu valor social humano e também se transformar em mercadoria.

A noção romantizada dos latifundiários, supostamente trabalhando em favor aos interesses da sociedade, cede lugar ao capitalismo. O foco da economia na industrialização faz oposição entre a realidade urbana e a realidade campestre; ao transformar o antigo escravo em um trabalhador livre e assalariado, o proprietário agricultor se vê senhor de uma indústria.

Adorno e Horkheimer<sup>21</sup> basearam-se em Marx e Engels para articular os estudos apresentados no livro *Dialética do Esclarecimento*, escrito em 1947, o qual aponta o poder como a principal ferramenta na construção da vida em sociedade: “O despertar do sujeito tem por preço o reconhecimento do poder como princípio de todas as relações” (ADORNO E HORKHEIMER, 2006, p.21). Os autores definem o poder como esclarecimento.

Segundo eles, a suposta substituição de mitos por números e cálculos exatos levam à prevalência do racionalismo e da ciência, a importância da unificação e da unidade, como os maiores representantes do esclarecimento – a busca constante pelo aumento do poder leva à alienação, em um ciclo repetitivo que garante sempre o mesmo resultado ao não perceber que esse racionalismo funciona como outra manifestação de mito, algo inexplicável e inquestionável: “O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador comporta-se com os homens” (IDEM, p. 21).

A lógica seguida pelo sistema racionalista da filosofia ocidental tem na ciência sua origem substitutiva – “(...) o fato torna-se nulo, mal acabou de acontecer” (IDEM, 2006, p.23). Assim, o que deveria ser considerado diferente acaba sendo nivelado com a perpetuação da desigualdade na relação entre os

---

<sup>21</sup> Membros originais da Escola de Frankfurt, centro de pesquisa marxista do início do século XX cujas teorias críticas e dialéticas prevalecem importantes.

seres. “Os homens receberam o seu eu como algo pertencente a cada um, diferente de todos os outros, para que ele possa com tanto maior segurança tornar-se igual” (IDEM, p. 24).

Os autores descreveram como a padronização da cultura contemporânea funciona como uma representação da alienação da sociedade em si mesma; eles chamam de “indústria cultural” a cultura de massa, idêntica para todos por ter sido formada a partir de uma suposta necessidade geral, em realidade vinda de interesses políticos e econômicos. Em *Dialética do Esclarecimento*, o cinema e o rádio não se apresentam como uma forma de arte ou mesmo uma necessidade social, mas sim como um negócio. A idéia de que se pode escolher o que ouvir ou assistir torna-se autoritária diante do controle de poucos sobre o que pode ser disponibilizado para o público. Os MCM transformam-se em produtos repetitivos e fechados para a participação espontânea do indivíduo, dependentes de patrocínio e de mecanismos econômicos para sobreviver. Ligados a setores mais poderosos, como aço, petróleo e química, eles quase não tem poder de influência.

Essa trama econômica faz da “indústria cultural” um reflexo dos interesses políticos dominantes, o que condiz com o envolvimento de figuras importantes da mídia em propagandas de estado. A mensagem difundida é sempre a mesma, com um sistema hierárquico de qualidade diferente para que cada indivíduo perceba seu nível social e escolha o produto talhado para a sua posição na cadeia, para o mundo em que ele vive.

Como exemplo desse reflexo dos interesses das classes dominantes, em um artigo chamado “*Trabalho Escravo no Brasil*”<sup>22</sup>, Frei Betto escreve sobre o combate contra a escravidão no mundo em 2001 (consagrado o ano ao combate escravo pela Organização Internacional do Trabalho) e como essa luta afetou a realidade brasileira.

A Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) firmou um acordo com o Ministério Público do Trabalho da 8ª Região, a Delegacia Regional do Trabalho do Pará e três fazendeiros do sul do Pará: Roque Quagliato, Maurício Pompéia Fraga e José Coelho Victor, donos de 23 fazendas naquela região, com a

---

<sup>22</sup> BETTO, Frei. Trabalho escravo no Brasil. *Correio da Cidadania*, edição 254 - semana de 21 a 28 de julho de 2001. Artigo disponível em <[http://www.ongprojetocidam.org.br/index.php?id\\_pagina=1005](http://www.ongprojetocidam.org.br/index.php?id_pagina=1005)> Acesso em 09/03/2012.



intenção de diminuir o trabalho escravo. O resultado não foi satisfatório, principalmente porque resultou na retirada da Polícia Federal na fiscalização dos trabalhadores.

Um dos fazendeiros participantes no acordo já teve seis fazendas acusadas de graves infrações. Uma delas foi a Brasil Verde, fiscalizada em 1988, 1989, 1992, 1993, 1997, 1999 e 2000, sempre com sérios problemas em relação ao trabalho escravo. A negligência das autoridades brasileiras em processar a fazenda por esses crimes levou a uma investigação do governo brasileiro pela Organização dos Estados Americanos, OEA. Segundo Frei Betto, a pressão dos proprietários de terra e de seus cúmplices levou a um recuo das autoridades no projeto de redução do trabalho escravo, embora este tenha sido anunciado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Os MCM preferiram manter silêncio em relação a este problema de cunho social, possivelmente devido ao mesmo motivo que levou a inoperância do governo federal.

Os MCM têm, portanto, apresentado-se como reprodutores do racionalismo e da nivelação do pensamento, trabalhando como agentes da doutrina dominante de forma não-dialética e servindo como mais uma estratégia para a naturalização desse modo de vida como único.

Noam Chomsky<sup>23</sup> é um dos nomes da atualidade que corrobora as posturas apresentadas até aqui; ele analisa a influência da propaganda na história da sociedade a partir do conceito de democracia representativa. Em seu livro *Media Control: The Spectacular Achievements of Propaganda* (2002), ele descreve como uma forma de governo que supostamente permite a participação do povo sobre as decisões políticas com meios de comunicação livres e abertos tem sido extremamente rígida e controlada. Para o autor, existem dois conceitos para a democracia: a participativa, em que há um efetivo engajamento social do povo na tomada de decisões, e a representativa (observada pelo autor como a que acontece de fato), na qual o papel do povo se resume a eleição de um representante para legislar e governar em seu nome.

---

<sup>23</sup> Professor de lingüística americano no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e considerado internacionalmente como um dos maiores pensadores de engajamento político vivos hoje. Um crítico acirrado dos Meios de Comunicação de Massa e de seu poder de manipulação.

Chomsky ilustra esse ponto de vista quando escreve sobre o princípio da propaganda com o presidente recém-eleito estadunidense Woodrow Wilson, em 1916. Wilson foi eleito com uma plataforma pacifista e começou seu governo com uma população sem preocupação com a guerra que ocorria na Europa. Uma comissão do governo foi criada, devido a interesses políticos, em favor do envolvimento dos Estados Unidos no conflito e, em seis meses, a mesma população que elegeu Wilson sobre o pretexto de paz exigia a entrada de seu país na guerra. O apoio da mídia teve grande participação nesse contexto, assim como da elite intelectual. Invenções e boatos sobre atrocidades, como bebês com braços cortados na Bélgica, ajudaram a aumentar o ódio. A lição destacada no livro foi que a “(...) propaganda de estado, quando apoiada pelas classes dominantes e sem desvio de pensamentos, tem grandes efeitos. Ela foi aprendida por Hitler e muitos outros, e continua sendo desenvolvida até hoje”<sup>24</sup>.

Pode-se resumir, após apresentação diacrônica da sociedade capitalista e da função que a comunicação exerce nessa sociedade por Engels e Marx, Adorno e Horkheimer e Chomski, que a capacidade de disseminação de ideias começa com o controle do pensamento da elite intelectual, o qual é reproduzido como único para os demais.

No Brasil, um grande meio de propagação da ideologia vigente é a televisão. Segundo o dramaturgo brasileiro Augusto Boal, em seu livro *Teatro Legislativo*, o instrumento televisivo é perigoso por não oferecer a oportunidade de interação: “(...) existe apenas o monólogo” (BOAL, 1996, p. 24). A imagem da TV, mesmo em programações ao vivo, pode ser manipulada, primeiro em sua temática, em seguida pelo operador da câmera, que seleciona as imagens que são gravadas, e depois pelo diretor, que determina o que será, de fato, mostrado para as pessoas. Um jornal televisivo, ao retratar uma notícia, depende dos interesses de seus patrocinadores para decidir quais assuntos abordar.

Segundo Boal, o imperativo prevalece na TV, cujas mensagens estão sempre dando ordens ao telespectador. Ao impor seu próprio ritmo frenético às imagens, que mudam constantemente, a televisão mal permite a compreensão

---

<sup>24</sup> Tradução nossa.

de suas notícias, não dá espaço para a imaginação, para a análise ou para o pensamento. Tudo já vem decidido; mesmo quando um programa aparenta ser democrático, a escolha já foi feita anteriormente pelos produtores e patrocinadores – pois ao público a decisão de escolha é somente entre A e B, sem a oportunidade de sugerir um item C.

Diante de todos estes conceitos apresentados de manipulação de interesses dentro dos MCM, chegamos à ideia da subordinação campestre. O campo é apresentado para o público como um subsidiário da vida civilizada, ou seja, urbana. A questão agrária se perde nesse contexto, não conseguindo encontrar uma maneira justa de evocar seus problemas por não alcançar a maioria da população.

Marx explica em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que, ao transformarem suas terras em mercadoria, os latifundiários criam uma relação de dependência com os lavradores rendeiros. Eles conseguem receber um valor econômico na sociedade, como possuidores de propriedades, a partir do arrendamento. A rivalidade entre campo e cidade aumenta, pois o primeiro considera o segundo mercenário, impiedoso e mesquinho enquanto o segundo tem o primeiro como egoísta, ocioso e ignorante de sua própria natureza capitalista. Esta é uma competição vencida claramente pelo capitalismo; embora não consiga admitir, o senhor do campo há muito se viu vendido para as vantagens do comércio – afinal, sem capital, suas propriedades imobiliárias não têm valor. Isso condiz com a forma que a questão agrária é apresentada pelos grandes meios de comunicação: a terra como produto, mercadoria e com pouco valor social humano a ser levado em consideração.

#### 4. O teatro como forma de comunicação de resistência

O crítico e dramaturgo britânico Eric Bentley, em seu livro *O Teatro Engajado*, escreve que toda a forma de arte acaba por ter certo envolvimento político. Ele levanta a questão da função social das artes em geral para tentar descobrir se sua finalidade está no prazer momentâneo ou na busca pelo conhecimento. Segundo o autor, na literatura moderna percebe-se um “esquecimento que faz do ser humano algo bestial” (BENTLEY, 1967. p. 68). É preciso que a escrita consiga redescobrir o homem, e para isso se faz necessário o envolvimento: “O simples fato de estar no mundo acarreta um vínculo de cumplicidade” (Idem, p. 155). Mostrar-se participativo é extremamente importante, pois a não-participação não deixa as pessoas isentas das conseqüências: o não fazer nada pode causar graves problemas, os quais poderiam ter sido resolvidos caso houvesse existido engajamento na sociedade.

Esta ideia de envolvimento corrobora com o trabalho do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, para quem o teatro deve ser apresentado como uma ferramenta de transformação social<sup>25</sup>, levando à platéia a possibilidade de pensar a realidade em que vive; deve ser um instrumento de conscientização para ampliar o conhecimento do homem e deixá-lo disposto a enxergar outros pontos de vista sobre assuntos aparentemente cotidianos e simples, questionando-os, propondo uma opção diferente e, principalmente, gerando ação. A proposta de Brecht conduz a um fazer teatral para uma era científica, com análise crítica.

Conhecido como o criador do chamado Teatro Épico, Brecht utilizava este termo para definir um tipo específico de exercício para o ator, no qual a chave da construção de uma personagem no palco era manter sua própria individualidade, como um professor apontando um exemplo no quadro durante uma aula. Em seu *Estudos sobre Teatro* (1978), ele trata do método épico de atuação, que consiste em demonstrar o gestual do personagem como fruto

---

<sup>25</sup> “Mergulha no lodo, beija o carniceiro, mas transforma o mundo. Ele precisa ser transformado.” Trecho da peça didática *A Medida* (1930).

social e a interpretação como consequência da observação desse *Gestus*<sup>26</sup>. Propõe ainda a utilização de outras formas de arte, como a música e a poesia, e a disposição de elementos no palco de maneira inovadora como estratégia para causar na platéia o que chamava estranhamento (*Verfremdung*). O seu objetivo era a não conformidade ao teatro realista e convencional com a construção de peças em que a empatia não prejudicasse o senso crítico para uma audiência disposta a pensar, apresentando de maneira inovadora problemas contextualizados e atuais.

No Brasil, Augusto Boal ampliou essa idéia na teoria do Teatro do Oprimido. Segundo relato encontrado na obra *Teatro Legislativo*, o projeto nasceu “na convicção de que o Teatro é a linguagem humana por excelência. O Ser se descobre Humano a partir do teatro” (BOAL, 1996, p.24). Isso se dá pela capacidade humana de se ver em ação ao mesmo tempo em que se está em ação, de ser o protagonista e o espectador no cotidiano, o que permite ao homem reinventar o passado e inventar o futuro sem sair do presente – ou seja, pela capacidade humana de fazer e viver teatro o tempo todo. Boal caracteriza essa habilidade como sendo a de spect-atores, ou seja, espectadores e atores.

Com essa consciência, o diretor desenvolveu as técnicas de Teatro Invisível e Teatro Fórum. Em seu livro *Jogos para atores e não-atores*, escrito em 1988, ele descreve as experiências que teve ao utilizar essas e outras experimentações de interação contínua entre ator e público. Tanto no Invisível quanto no Fórum, o assunto em pauta deve ser de interesse para a transformação da comunidade em que será apresentado. No primeiro, as peças são representadas em locais públicos para pessoas que não sabem que estão assistindo teatro, julgando estar diante de uma situação real; já no segundo, as peças são interativas: qualquer um pode participar (basta gritar “Stop” para fazer uma intervenção no momento em que encontrar uma situação que considere “errada”, de opressão, e sugerir novas ações para mudar o rumo da história que serão reencenadas pelos atores até que nova intervenção seja sugerida). Enquanto no Invisível o chamado spect-ator não tem noção de que

---

<sup>26</sup> Segundo o *Dicionário de Teatro Patrice Pavis*, p. 187, *gestus* é “... o que se situa entre a ação e o caráter (oposição aristotélica de todo o teatro): enquanto ação, ele mostra a personagem engajada numa práxis social; enquanto caráter representa o conjunto de traços próprios a um indivíduo”.

está intervindo em algo supostamente fictício, no Fórum a noção dramática está clara, incitando a criatividade e a participação dos que assistem. Para evitar o *fórum selvagem*, no qual todos intervêm desordenadamente, o Teatro Fórum tem regras específicas, que foram aprendidas durante a descoberta dos mecanismos que causam a opressão e são utilizadas como “(...) táticas e estratégias para evitá-la” (Idem, 2008. p.28).

Na obra *Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*, escrito em 1975, Boal também apresenta o objetivo de buscar uma transformação na sociedade. Seu método se baseava na sequência: transformação pessoal, política, social. O expectador ativo demonstra na peça as formas de dominação e exclusão observadas, ilustra com exemplos observados cotidianamente e conjectura possíveis soluções para os problemas apresentados: “(...) o teatro deve ser um ensaio para a ação na vida real, e não um fim em si mesmo.” (BOAL, 2005, p.19). Assim, consideramos que o momento da apresentação deve ser tido como o início de uma transformação social: os aplausos finais não devem simbolizar a volta ao equilíbrio<sup>27</sup> inicial, e sim o começo de novos questionamentos a serem aplicados no dia-a-dia da platéia.

Segundo a análise do Sistema Trágico Coercitivo de Aristóteles<sup>28</sup> realizada por Boal na mesma obra, o teatro aristotélico é eficiente por condenar todo e qualquer valor ou ação que não condiz com os aceitáveis naquele determinado momento, naquela determinada sociedade. Para ele, em uma era de transformação de ideias, em que as características de uma sociedade estejam sendo alteradas ou questionadas, o *ethos social*<sup>29</sup> não se encontra definido.

---

<sup>27</sup> Na ação dramática o herói trágico de Aristóteles é o homem bom que entra em adversidades por ter tomado uma decisão ruim, moralmente ruim, que lhe causa uma sequência de problemas. No entanto, essa tragédia pode novamente ser revertida, consertando-se os erros cometidos, o herói volta a ser bem afortunado. A ação está no conflito, mas ao final o equilíbrio pode ser novamente restabelecido.

<sup>28</sup> Sistema Trágico Coercitivo de Aristóteles é um sistema iniciado no teatro grego que se fundamenta em um conflito entre a ação da personagem, *ethos*, e a da sociedade, *ethos social*; há uma empatia do espectador com a personagem, para que viva e se realize através da personagem; a personagem sofre um golpe no destino e o espectador reconhece o erro e se purifica da característica antisocial existente. Baseado nesse sistema, na peça *Um Inimigo do Povo* de Absen a sociedade apresentada vive com base no lucro, e ser honesto é que deveria ser a falha, pois é impossível que alguém tão honesto possa buscar o lucro acima de tudo. A platéia se identifica com a personagem e se purifica por meio desta, sem precisar tomar uma decisão em sua própria vida o espectador é purificado pela representação do ator.

<sup>29</sup> *Ethos social* é o conjunto de valores presentes em uma sociedade em determinado período de tempo.

Que não reste nenhuma dúvida: Aristóteles formulou um poderosíssimo sistema purgatório, cuja finalidade é eliminar tudo que não seja comumente aceito, legalmente aceito, inclusive a revolução, antes que aconteça...O seu Sistema aparece dissimulado na TV, no cine, nos circos e nos teatros. (...) Trata-se de frear o indivíduo, de adaptá-lo ao que preexiste. Se isto é o que queremos, este sistema serve melhor que nenhum outro. Se, pelo contrário, queremos estimular o espectador a que transforme sua sociedade, se queremos estimulá-lo a fazer a revolução, nesse caso teremos que buscar outra Poética. (IDEM, 2005, p.91)

Em uma época de transição cultural e de ideias, o teatro apresenta conceitos novos, mas também resquícios de valores anteriores, coincidindo com o pensamento do público. Essa coexistência só não existiria "(...)se ocorresse sempre um salto brusco e repentino entre dois sistemas sociais que se sucedem, se um deixasse de existir no momento exato em que surgisse o outro." (BOAL, 2005. p.114). Sendo essa condição impossível de ocorrer, a utilização do teatro como forma de comunicação em um período de transição cultural deve estar preparada para a ambivalência de ideias apresentadas.

Percebe-se que o Brasil vive um período de transição<sup>30</sup>, pois ainda que o pensamento anti-reforma agrária do período da ditadura prevaleça, o maior movimento social do país se desenvolveu sob esse mote. Se por um lado pode-se observar a padronização cultural apontada por Adorno e Hockheimer como uma representação da alienação social na grande mídia brasileira, estar vivendo em um momento em que mais de uma ideia permeia a população conduz ao pensamento de que formas de comunicação alternativas têm realizado seu papel. O teatro participativo se encaixa neste contexto, aproveitando a conjuntura ideológica atual com base nos ensinamentos aprendidos com a história do país. Ele deve estar preparado para lidar com vários pontos de vista, pois as sugestões da plateia e o consequente desenvolvimento da peça dependem deles. Ele trabalha com a divergência e o conflito (dialética) para a tentativa de despertar engajamento.

No Teatro do Oprimido, de Boal, trabalha-se com a personagem denominada Coringa, cuja função está em intermediar a relação do público e dos atores e evitar o que Boal denomina de Fórum Selvagem. Entre as

---

<sup>30</sup> Conforme apresentado no capítulo 2. Questão Agrária no Brasil deste trabalho.

responsabilidades do Coringa, estão a de introduzir a apresentação, explicar as regras aplicáveis a peça, conduzir os debates e manter a ordem:

Assim, todas as possibilidades teatrais são conferidas à função do Coringa: é mágico, onisciente, polímorfo, ubíquo. Em cena funciona como *meneur du jeu*, *raisonneur*, mestre-de-cerimônias, dono do circo, conferencista, juiz, explicador, exegeta, contra-regra, diretor de cena, *regisseur*, *kurogo*, etc. Todas as 'explicações' constantes da estrutura do espetáculo são feitas por ele. (Idem. p.277)

Sobre os pensamentos contraditórios observados na sociedade, Boal descreve a relação existente entre oprimidos e opressores, seguindo a linha de Marx e Engels. Os oprimidos são classificados pelo autor como socialmente excluídos, pertencentes ao proletariado urbano e à produção familiar no campo. Os opressores, por sua vez, são detentores dos poderes econômicos, políticos e culturais e contratam a mão-de-obra oprimida.

Boal desenvolveu uma classificação de tipos de opressores: o declaradamente opressor, consciente das suas ações, motivações e ganhos - fazer oposição a ele é necessário, porém não no sentido de mudar suas ações, pois este trabalho foi observado pelo autor como sendo um esforço inútil, mas sim para fazê-lo sentir-se responsável pelo que faz; o cínico, que oprime sabendo que está errado, mas julga não ter outra possibilidade - contra ele também há pouco o que fazer: ele está conformado com a realidade pois esta não o torna um oprimido; e o inconsciente, que não acredita ser opressor ou que escolhe determinada atitude, mas não a vê como prejudicial - ele pode até ter uma visão contrária às de suas ações (por exemplo, um operário que luta contra a ditadura, mas em casa não aceita opiniões contrárias às suas) - é possível mudança de comportamento neste tipo de opressor, pois ele pode ser levado a perceber a inconsistência entre o que julga ser real, e a realidade de fato.

O curinga também trabalha como identificador de opressores que possam estar presentes na platéia, pois caso o inconsciente esteja presente pode-se questioná-lo de modo a criar uma situação em que ele se perceba oprimindo.



Ainda em *O Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*, observamos como a peça neste estilo pode ser o início do processo de aprendizado e mudança social:

A vergonha que alguns sentiam ao ver-se em cena, já era o início do caminho da transformação possível. É pouco? Sim, muito pouco, mas a direção da caminhada é muito mais importante do que o tamanho dos passos. (...) O Espaço Estético é um Espelho de Aumento que revela comportamentos dissimulados, inconscientes ou ocultos. (BOAL, 2008, p.31).

A partir de experimentações como as demonstradas por Boal em seus escritos e de pensamentos como os de Brecht e Bentley sobre conscientização e envolvimento social, é possível perceber tanto a capacidade interativa e política do teatro quanto a possibilidade deste ser utilizado como instrumento de comunicação dialética, criativa e participativa para públicos diversificados ao contextualizar situações importantes e permitir a ajuda dos expectadores na busca por soluções. O teatro, segundo a linha adotada por Brecht e Boal, pode servir como instrumento para ampliar o acesso às informações sobre a questão agrária e propor questionamento e mudança nesse setor.

#### **4.1 O Teatro como Instrumento de Educação em Escolas**

Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, defendia a ideia do diálogo entre professor e aluno quando desenvolveu a *Psicologia do Oprimido*<sup>31</sup>. O âmbito escolar, para Freire, trabalha como uma hierarquia organizacional, cuja moeda de câmbio se dá na forma do conhecimento; assim como para Adorno e Horkheimer, o poder está no saber:

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, nas escolas, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais podemos nos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. (FREIRE, 1970, p.33).

---

<sup>31</sup> Pedagogia formada com o oprimido “(...) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de sua recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultara seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta psicologia se fará e se refará” (FREIRE, p. 17).

Para Freire, a realidade apresentada pelo mestre ao pupilo em uma sala de aula parece estar sempre estática, parada, compartimentalizada de forma a evitar qualquer relação com a realidade do aluno, o qual é visto como um recipiente aonde o docente se dispõe de forma condescendente a despejar conteúdo. Com o intuito de se contrapor a essa situação de imposição antidialógica, Freire propôs a *educação libertadora* como uma maneira de trabalhar a falta de troca na comunicação entre o aluno e o professor.

A partir de ações conscientes e reflexivas vindas da interação, chega-se na possibilidade de construir uma sociedade capaz de pensamento crítico através da educação feita do compartilhamento de experiências. O objetivo principal está na transformação tanto do aluno como do professor, ao entregar a ambos o papel de educador e educando, ideia que não deve ser restringida aos limites do ambiente acadêmico, mas aplicada também no dia-a-dia.

Ingrid Koudela<sup>32</sup> escreve em seu artigo *A Nova Proposta de Ensino de Teatro* (2002) sobre a possibilidade da arte ser utilizada como ferramenta de ensino em escolas:

Os conteúdos de Arte buscam acolher a diversidade do repertório cultural que o aluno traz para a escola e trabalhar os produtos da comunidade em que a escola está inserida. A apreciação e o estudo da Arte deve contribuir tanto para o processo de criação dos alunos como para a experiência estética e conhecimento da arte como cultura. (KOUDELA, p. 1, 2002).

Koudela ratifica a postura de Paulo Freire ao apresentar a arte como uma ponte de união de conhecimentos, com a escola participando da vida da comunidade e vice-versa:

Especialistas de várias áreas e em vários níveis de ensino (desde a educação infantil) buscam a contribuição única que as linguagens artísticas podem trazer para a educação. Ainda que possa ser considerada em grande parte utópica, diante da miséria da educação brasileira, o caminho afigura-se como talvez uma das últimas possibilidades de resgate do ser humano e de sua historicidade diante do processo social conturbado que atravessamos na contemporaneidade. (IDEM, p. 7, 2002)

---

<sup>32</sup> Professora de teatro da Universidade de São Paulo.

O teatro de Augusto Boal, para quem a arte deve ser transformadora, demonstra-se como uma ferramenta educacional adequada neste sentido; seus fundamentos nascem a partir da interação e do engajamento do público na busca do conhecimento. “Para isso serve a arte: não só para mostrar como é o mundo, mas também para mostrar por que ele é assim e como se pode transforma-lo” (BOAL, 2008, p. 69).

Peças com a técnica do Teatro do Oprimido em escolas levarão às crianças a possibilidade de obter uma nova visão da sociedade brasileira, a qual permitirá o questionamento da progressão dos processos históricos que culminam na atual situação econômica e social e também o desenvolvimento de um pensamento crítico a partir do diálogo.

## 5. Realização Teatral

Em nossa abordagem, crianças de ensino fundamental de quarta a sexta série serão o público-alvo. Caberá à plateia sugerir ações de mudança, e participar da interpretação de alguns papéis secundários nas ações propostas. Acreditamos que esta seja a melhor maneira de propor uma mudança social, pois quando estão participando ativamente da peça há um envolvimento maior da platéia e por serem papéis secundários o personagem coringa poderá lhes orientar para que as apresentações não percam o foco em meio à agitação.

O número de crianças de cada apresentação será de uma turma para evitar que a presença de alunos de outras séries possa tumultuar o prosseguimento da peça ou causar inibição de alguns e assim prejudicar a realização das atividades. Esse número é pequeno para que cada uma possa ter um espaço maior na discussão e para facilitar a ordem.

O tempo esperado para cada performance será de uma hora, cerca de vinte minutos reservados para cada parte da peça. As situações apresentadas serão feitas de forma rápida, com máximo de cinco minutos de duração, permitindo tempo de quinze minutos para propostas e reencenação de novas possibilidades, que possam alterar o ato.

Se o público se dispersar, o tempo esgotar ou houver qualquer interferência externa que impeça a realização dos três atos não consideraremos como um problema. As situações teatrais propostas têm raízes semelhantes, mas são distintas entre si, portanto, não há impecílio em apresentá-las separadamente ou apenas parcialmente, conforme a disponibilidade e/ou necessidade de cada local.

O grau de participação dos alunos e a avaliação da aceitação do público, bem como possíveis problemas a serem vivenciados na realização do projeto não são nosso foco no momento. Essas e outras conclusões e análises serão parte de um projeto posterior. Também entendemos que um processo de conscientização e debate ocorre aos poucos, e cada avanço nessa direção tem sua importância.

## 5.1 Prática

Para desenvolver uma peça de teatro sobre a questão agrária em escolas públicas, é necessário, primeiramente, a formulação de um roteiro. Em seguida necessitamos acrescentar esse texto a um projeto, que levará em conta os dados citados na sequência, o qual será levado a Secretaria de Educação de Curitiba, Paraná. As apresentações deverão ser futuramente feitas de acordo com as técnicas desenvolvidas no Teatro do Oprimido e Fórum.

A seguir, sugerimos uma estrutura base para as peças. Caso os ensaios e testes demonstrem que esta seja muita extensa e complexa, incluímos outra sugestão mais simples e curta no apêndice deste trabalho.

Enquanto as crianças entram na sala, músicas<sup>33</sup> que falam sobre a questão da terra e/ou a vida no campo deverão estar sendo tocadas. Após a acomodação dos alunos, o personagem Coringa explicará as regras da peça: a estrutura em atos, como o público será responsável pelas mudanças das ações durante a apresentação (teatro fórum)<sup>34</sup> e de que modo será feita esta interferência: as crianças cantarão um trecho de uma cantiga, “vamos dar a meia volta, meia volta vamos dar”.

Quando isto acontecer, a situação será reencenada com base nas sugestões apresentadas pela platéia. A canção terá o mesmo efeito que a palavra “stop” no Teatro Fórum de Boal, a palavra de comando substituída devido ao estímulo do ritmo da música e pelo significado da frase, em uma tentativa de chamar mais a atenção do público e aumentar o seu envolvimento na peça.

O roteiro é composto por três atos relacionados à história da questão agrária no Brasil. O objetivo é incitar os questionamentos sociais por meio da identificação das crianças com os problemas apresentados, fazendo-as refletir sobre a maneira com que agiriam se estivessem naquela determinada circunstância. Os três atos serão intitulados “As Capitâneas”, “O Coronel” e “As Ligas Camponesas”.

---

<sup>33</sup> A serem definidas com base na regulamentação e autorização de direitos autorais.

<sup>34</sup> Termo e metodologia explicado no capítulo 4. O Teatro como Forma de Comunicação de Resistência deste trabalho.

Inicia-se a apresentação de “As Capitâneas” com a personagem Curinga explicando à plateia que todos farão parte do elenco em algum momento. Ele então seleciona 15 crianças e as leva para um canto para explicar alguns detalhes do que vai acontecer. Em seguida ele se vira para as outras crianças e diz que determinado espaço é para elas brincarem, conversarem ou fazerem o que quiserem, depois se retira e explica às crianças selecionadas que ele vai dividir entre eles o espaço que as outras crianças estão brincando.

As crianças serão instruídas a tomar posse daquele espaço, e a impor as condições que quiserem para que as outras possam ficar no lugar onde estavam - acima de tudo, respeitando sua autoridade. Voltando ao grupo que esta brincando, o Curinga usa uma coroa para representar a figura de D. João III e conta quem é e que aquele é o ano de 1532. Depois, pega um mapa do Brasil colonial e recorta 15 pedaços, entregando um a cada uma das crianças pré-definidas e apontando qual é o seu local de direito. Então, vira-se para as outras e diz que elas agora são empregadas, para esquecer que aquele lugar já havia sido de todos: agora ele tem dono, pessoas que ele escolheu e que passam a ter mais direitos sobre os outros.

Ele deixa um tempo para as crianças tentarem se reorganizar no espaço, com as 15 impondo suas condições aos outros. Depois, retirando a coroa para indicar que deixou de ser D. João III e voltou a ser o Curinga, chama todos para sentar em um círculo e pergunta para à plateia o que acharam da situação, o que concordam, o que não, e como se sentiriam se estivessem nos outros papéis representados. Após a discussão, as crianças reencenam a situação segundo as sugestões apresentadas.

“O Coronel” começa com o Curinga selecionando mais cinco crianças e levando-as para combinar quais são os seus papéis. Ele fala para elas que vai fazer favores à elas e outras crianças, mas que pedirá outros favores em troca. Ele diz que três delas vão aceitar ameaçar outras quando ele disser que precisam pagar pelo favor que ele lhes fez. A quarta será a pessoa que será ameaçada. Ela estará plantando na terra do patrão, e por isso, sofrerá as agressões. A quinta será uma pessoa que recebeu algo do coronel, mas se recusa a fazer o que ele manda.

Voltando para o local da apresentação, o Curinga coloca um bigode e um chapéu para representar o coronel e começa seu discurso dizendo: “Eu sou

o coronel. Sou um homem muito bom, mas todos têm que fazer o que eu quero” e então distribui entre a plateia alguns objetos inúteis, como um óculos com uma lente pintada de preto (como um tapa olho), uma dentadura de plástico quebrada e bengala sem suporte. No meio da doação, ele percebe a criança responsável por encenar o plantio e tem uma reação explosiva.

Ele se volta para a plateia e chama as outras quatro para perto de si e fala que para uma ele deu proteção quando um homem queria matá-lo, a outra precisou de médico para a filha e ele providenciou, para o outro foram os óculos e para o outro ele uma professora que o ensinou a ler e escrever. Ele diz que está na hora de pagar por todas essas coisas.

Para uma ele diz em quem votar nas próximas eleições, pois ele precisa desse alguém para receber dinheiro do governo. Para os outros ele diz que eles terão que agredir aquele que está plantando, pois ele não deveria plantar comida, e sim, comprar tudo do seu armazém. Três deles vão atrás do homem que está plantando, e um diz ao coronel que não vai fazer nada, pois não acha certo. O coronel então o faz sentir culpado, dizendo que é um ingrato que não sabe com quem está lidando e é ameaçado também: “se você não fizer o que eu mando, vai acabar como o zé ali” (e aponta para o agricultor). Novamente as crianças são chamadas para conversar sobre a peça, suas impressões e sugestões de melhorias. A cena é encenada segundo as indicações da plateia.

“As Ligas Camponesas” pretende mostrar o início do engajamento popular na busca por soluções dos problemas agrários. O Curinga agora divide a plateia em três grupos: um formado por dois ou três latifundiários com vários empregados de confiança, outro formado por pequenos produtores rurais sendo que oito deles serão os fundadores da liga camponesa e o último formado pela polícia. O Curinga irá explicar o papel de cada grupo individualmente. No primeiro, os latifundiários vão querer a terra de todos, e vão expulsar os pequenos proprietários com uso da força dos capangas. Para o segundo, e maior grupo, o Curinga irá explicar que eles são produtores rurais que estão sendo expulsos de suas terras e que os oito selecionados irão se unir para formar um grupo que dará suporte aos outros produtores; este novo grupo será o guardião dos outros, protegendo-os. Ele explicará ao terceiro grupo que no momento em que indicar, eles entrarão em cena e prenderão os oito produtores rurais mais agitados.

Depois que cada grupo souber seu papel, o Curinga irá iniciar a intermediação da peça, como narrador, e conforme a história for narrada, os personagens aparecerão. Ele falará que estão na década de 1960, na região de Pernambuco, e que alguns conflitos acontecem. Ele fala de um grupo de plantadores que vivia em suas propriedades, até que um homem muito poderoso decidiu que queria aquela terra. Para ter o que desejava, esse homem poderoso mandou seus empregados expulsarem os que lá estavam. Nessa hora os agricultores serão expulsos pelos capangas e os oito da mobilização vão interferir e ajudá-los. Os outros ficam olhando.

Durante o conflito dos dois grupos, um dos três latifundiários irá chamar a polícia, a qual prende somente os oito mobilizados. Enquanto isso, o Curinga fala que aqueles eram os líderes da Liga Camponesa da Galiléia e que estavam tentando arrumar uma maneira de ajudar os amigos, mas que não puderam fazer mais nada, pois foram presos. Em seguida, as crianças se reúnem mais uma vez sentadas na roda para discutir o que aconteceu. A ideia é que nesse ponto, a discussão seja conduzida para ligar as três peças, uma como consequência da outra. E, pela última vez, as crianças reencenam a proposta de acordo com suas próprias sugestões.

## **5.2 Planejamento Inicial**

Em Curitiba, de acordo com listagem tirada do site da Prefeitura da cidade<sup>35</sup>, existem 228 escolas municipais de ensino fundamental. Ao levarmos a Secretaria de Educação de Curitiba uma proposta de apresentações a serem feitas para turmas de quarta a sexta series, a conclusão deste projeto dependerá dos seguintes pontos:

1. Trâmite para conseguir as devidas autorizações para a realização das apresentações;
2. Encontrar escolas com turmas dentro do público-alvo com disponibilidade de tempo e espaço para as peças;
3. Colaboradores que aceitem participar das apresentações;

---

<sup>35</sup> Disponível em <[www.curitiba.pr.gov.br/secretarias/equipamentos/educacao/17/16](http://www.curitiba.pr.gov.br/secretarias/equipamentos/educacao/17/16)>. Acesso em: 18/03/2012.



4. Cronograma de apresentações com as escolas já definidas;
5. Realizar as apresentações;
6. Organizar o material visual (fotos e vídeos) produzido durante as apresentações para uma possível exposição;
7. Produção de artigo com análise crítica da proposta e aplicação.

## Considerações Finais

Neste texto, levantamos uma questão de interesse público ao qual os meios de comunicação brasileiros não dispensam o tratamento esperado e buscamos inseri-la no universo de crianças de escolas públicas com uma forma de comunicação alternativa, o teatro. O intuito desse investimento foi demonstrar como o comunicador pode desenvolver formas não canonizadas para o alcance de seu público. A questão agrária deve ser considerada um ponto digno de debate dialógico entre todos os níveis da sociedade e não ser tratada como um problema pontual, como historicamente vem acontecendo.

Entendemos que é difícil encontrar debate público sobre a questão agrária no Brasil porque esse não é um tema estimulado pelos meios de comunicação de massa. Nosso questionamento inicial parte de reconhecermos o MST como o maior movimento social do Brasil, recebendo atenção e reconhecimento internacional; apesar disso, seus objetivos (luta pela terra e reforma agrária) são raramente pautados no debate da opinião pública. O trabalho *MST e Jornal Nacional: Uma relação Dialética?* de Douglas Ciriaco Ferreira e Mário Ribeiro Resende Neto<sup>36</sup>, exemplifica essa questão. O trabalho demonstra por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa que a dialética nessa relação está contida no conflito de ideais dessas instituições. O Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, cumpre sua função de noticiar os fatos a partir de uma ótica capitalista e dentro de lógica semelhante na qual os latifundiários estão inseridos; dessa maneira, evitam a transmissão de informações positivas, não somente sobre o MST e a reforma agrária, mas também sobre grupos de esquerda e mobilização social.

Outro exemplo de recusa das grandes mídias em incluir esses assuntos em suas pautas está nas dificuldades declaradas pela assessoria de imprensa da FNRA em divulgar o plebiscito popular pelo Limite da Propriedade da Terra. Um exemplo de plebiscito realizado no Brasil com apoio midiático foi sobre a Comercialização de Armas de Fogo, ocorrido em outubro de 2005, o qual

---

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/76786583/MST-e-Jornal-Nacional-uma-relacao-dialetica-TCC>>. Acesso em 25/04/2012.

contou com 95.375.824 pessoas comparecendo à votação<sup>37</sup>. O número de meio milhão de brasileiros votando no plebiscito pelo Limite da Propriedade Rural só pode ser considerado alto uma vez ponderadas as dificuldades encontradas, pois em um país com 190.732.694 habitantes (dados do Censo do IBGE de 2010), não é pretencioso imaginar que com uma divulgação nas grandes mídias o número de participantes do plebiscito teria sido maior.

Se uma questão de relevância social deve ser pauta dos meios de comunicação de massa, e estes não incentivam o debate da questão agrária, alguma maneira alternativa de comunicação deve ser utilizada para superar essa barreira. É com a consciência de quereremos fazer algo a favor de uma mudança social que estudamos as vertentes de teatro social e engajado de Bentley, Brecht e Boal e descobrimos uma forma de agir. A idéia de Boal de que o teatro serve como um ensaio para a vida sustenta nossa ação de conscientização da reforma agrária.

Os números divulgados pelo IBGE do Censo 2010<sup>38</sup> mostram que a população rural continua diminuindo em relação à população urbana. No ano 2000, a porcentagem da população brasileira no campo era de 18,75% (31.845.211 pessoas) e na cidade era de 81,25% (137.953.959 pessoas). Dez anos depois foi observado que a população rural passou a ser de 15,65% (29.852.986 pessoas) e que a urbana passou a ser de 84,35% (160.879.708 pessoas). Isso comprova um aumento percentual da concentração da população nas cidades e que o número absoluto de pessoas no campo também diminuiu. Uma explicação para isso seria a de que o perfil das famílias no campo está com crescimento negativo; entretanto, acreditamos, de acordo com nossa análise histórica e social, que o êxodo rural continua a ocorrer. Esses fatores demonstram que ainda estamos em uma fase inicial de conscientização da questão agrária e do próprio processo de assentamento.

Esperamos que este trabalho de conclusão de curso consiga incitar o questionamento e a produção intelectual para fomentar novas análises e projetos voltados a uma maior conscientização sobre os problemas do campo.

---

<sup>37</sup> Disponível em

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/referendodesarmamento/interna/0,,OI745996-EI5475,00-TSE+anuncia+resultado+final+do+referendo.html>>. Acesso em 14/04/2012.

<sup>38</sup> Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1766](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766)>. Acesso em 15/04/2012.

Como comunicadoras, pretendemos que a crítica acadêmica também não se limite apenas ao tema aqui apresentado, mas busque outros tópicos possivelmente negligenciados pelas grandes mídias (e que merecem atenção da sociedade), como a questão agrária demonstrou ser.

A definição da forma alternativa para se trabalhar a dialética na comunicação de um assunto historicamente renegado na sociedade brasileira foi feita a partir do teatro por esta expressão artística permitir o engajamento da platéia com as situações encenadas, o que pode ocorrer com outras artes, mas não se apresentam, para nós evidentes. A aproximação entre o público e os atores ocorre por meio de uma identificação da encenação com o cotidiano. A delimitação do público-alvo em crianças de nove a doze anos ocorreu porque acreditamos que a sua consciência de cidadão ainda esta em formação e devido a sua facilidade e abertura em participar de atividades teatrais e imaginativas.

## Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

ARBAROTTI, Alexsandro. *1967, 2006, 2011, Quando A Reforma Agraria Terá a Sua Vez?* Disponível em <<http://cpeaunesp.org/2012/03/14/816/>>. Acesso em 30/03/2012.

BENTLEY, Eric. *O Teatro Engajado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

BETTO, Frei. *Darwinismo Social*. Brasil de Fato, Ano 9, Numero 413, 2011.

\_\_\_\_\_. *Trabalho Escravo no Brasil*. Correio da Cidadania, edição 254 – semana de 21 a 28 de julho de 2001. Disponível em <[www.ongprojetocidam.org.br/index.php?id\\_pagina=1005](http://www.ongprojetocidam.org.br/index.php?id_pagina=1005)>. Acesso em 09/03/2012.

BOAL, Augusto. *Jogos Para Atores e Não-Atores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Teatro Legislativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BRECHT, Bertolt. *Estudos Sobre Teatro e Teatro Dialético*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Pequeno Organon*. Disponível em <[grupocad.blogspot.com.br/2007/02/brecht-pequeno-organon-parte-i.html](http://grupocad.blogspot.com.br/2007/02/brecht-pequeno-organon-parte-i.html)>. Acesso em 20/08/2010.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S.. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.

CHOMSKY, Noam. *Media Control: The Spectacular Achievements of Propaganda*. 2ª edição. Canadá: Open Media, 2002

CIRIACO, Douglas; RESENDE, Mário. *MST e Jornal Nacional: Uma Relação Dialética?* Disponível em <<http://informativo.ct.utfpr.edu.br/artigos/136.pdf>>. Acesso em 12/03/2012.

\_\_\_\_\_. *MST e Jornal Nacional: Uma relação Dialética?* Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/76786583/MST-e-Jornal-Nacional-uma-relacao-dialetica-TCC>>. Acesso em 25/04/2012.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FONSECA, Ricardo Marcelo. *A lei de terras e o advento da propriedade moderna no Brasil*. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/hisder/cont/17/cnt/cnt5.htm>>. Acesso em 17/10/2011.

FNRA. *Cartilha da Campanha Nacional Pelo Limite da Propriedade de Terra, Em Defesa da Reforma Agrária e da Soberania Territorial e Alimentar*. Brasil, 2010. Disponível em <[www.limitedaterra.org.br](http://www.limitedaterra.org.br)>. Acesso em 29/03/2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Disponível em [http://www.sgep.org/modules/contidos/PAULOFREIRE/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.sgep.org/modules/contidos/PAULOFREIRE/pedagogia_do_oprimido.pdf). Acesso em 20/10/2009.

GALINDO, Roberto. *Gilmar Mendes e Noam Chomsky*. Disponível em <<http://www.medelu.org/Gilmar-Mendes-e-Noam-Chomsky>>. Acesso em 12/03/2012.

JORGE, Fernando. *Cale a Boca, Jornalista!*. São Paulo: Vozes, 1992.

KOUDELA, Ingrid. *A Nova Proposta de Ensino de Teatro*. Disponível em <[www.eca.usp.br/prof/ingrid/site/pdf/novapropostadeensino.PDF](http://www.eca.usp.br/prof/ingrid/site/pdf/novapropostadeensino.PDF)>. Acesso em 18/03/2012.

LIPPMAN, Walter. *Opinião Pública*. São Paulo: Vozes, 2008.

MALVEZZI, Roberto. *O MST e a História*. Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/2009/01/20/o-mst-e-a-historia-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/>>. Acesso em 11/11/09.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2007

\_\_\_\_\_. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico Filosóficos*. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>>. Acesso em 12/03/2012.

MORRISAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST, website. Disponível em: <http://www.mst.org.br/> . Acesso em: 25/10/2009

PRADO Jr, Caio. *Clássicos Sobre A Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

Programa de Governo: Coligação Lula Presidente (2002 Antônio Palocci Filho). Disponível em <[www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes2002-lula.doc](http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes2002-lula.doc)>. Acesso em 03/03/2012.

STRINGHINI, Dom Pedro Luiz. *Carta de Apoio ao Plebiscito Popular Pelo Limite da Propriedade da Terra e ao 16<sup>o</sup> Grito dos Excluídos*. Brasília: CNBB, 2010. Disponível em <[www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/3869-pastorais-sociais-e-organismos-da-cnbb-confirmam-apoio-ao-plebiscito-pelo-limite-de-propriedade-da-terra-e-ao-grito-dos-excluidos](http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/3869-pastorais-sociais-e-organismos-da-cnbb-confirmam-apoio-ao-plebiscito-pelo-limite-de-propriedade-da-terra-e-ao-grito-dos-excluidos)>. Acesso em 29/03/2012.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolução renovadora*. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/revolucao-renovadora](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/revolucao-renovadora)>. Acesso em 25/03/2012.

## Apêndice

Apresentamos aqui uma segunda opção de peça para aplicação em escolas baseada no modelo de representação do teatro do oprimido de Boal. Incluímos esta proposta, mais curta, simples e de fácil realização em sala de aula, para garantir que não estaremos sem alternativas caso a escolha inicial se mostre de difícil compreensão para o público-alvo.

Esse modelo é baseado em uma situação possivelmente cotidiana das crianças: entrar em um ônibus de transporte público coletivo e não ter lugar para sentar. As crianças poderão subir na representação cênica de um ônibus cujos bancos estarão inutilizados devido a existência de bolsas, sacolas e fitas bloqueando a passagem. Quatro personagens, sendo duas da platéia, estarão ocupando vários espaços somente para si. O público também poderá representar passageiros no ônibus e quando quiser retirar os objetos deixados em cima dos bancos ou ultrapassar as faixas para poder sentar, os quatro “donos dos bancos” irão impedi-los afirmando que ali é sua propriedade, pois “chegou primeiro” e colocou cerca delimitando o que é seu espaço por direito.

Após algumas reações das pessoas e sugestões de maneiras para conseguir sentar no banco, o coringa entrará em cena e falará que “o ônibus é o Brasil; é assim que a distribuição de terras no Brasil funciona”. Explicará que algumas pessoas chegaram antes e, da mesma maneira como metaforicamente ocuparam os “bancos” fazendo com que quem subisse no ônibus não encontrasse espaço para sentar, tomaram muitas faixas de terras, deixando partes sem uso, sem permitir a outros a oportunidade de aproveitá-las.